



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

19/12/2015

INDICE

1. JORNAL AQUI	
1.1. VARA CRIMINAL.....	1
2. JORNAL ATOS E FATOS	
2.1. POSSE.....	2 - 3
2.2. VARA CRIMINAL.....	4 - 5
3. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
3.1. JUÍZES.....	6
3.2. POSSE.....	7
4. JORNAL O IMPARCIAL	
4.1. POSSE.....	8 - 9
4.2. VARA CRIMINAL.....	10
5. JORNAL O PROGRESSO	
5.1. JUÍZES.....	11 - 13
6. JORNAL O QUARTO PODER	
6.1. POSSE.....	14 - 15
7. JORNAL PEQUENO	
7.1. COMARCAS.....	16
7.2. POSSE.....	17 - 19
7.3. VARA CRIMINAL.....	20
7.4. VARA DA FAZENDA PÚBLICA.....	21 - 22
7.5. VARA DA MULHER.....	23
7.6. VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS.....	24

▶ JÚRI POPULAR

Matou menino e foi condenado a 32 anos

Um homem que matou um menino de apenas quatro anos foi condenado pelo Tribunal do Júri a 32 anos e oito meses de reclusão. Por unanimidade, o acusado Uildemar foi condenado pelo Tribunal do Júri de Codó, num clima de muita revolta da população. Ele atraiu o menino para um matagal e ali o matou a pauladas. Ao ser preso, disse que havia matado a criança pelo fato desta estar atrapalhando a relação dele com a mãe daquele menino. Uildemar deverá ser transferido nas próximas horas para o Complexo Penitenciário de Pedrinhas, na capital, onde cumprirá a pena a que foi



**Idade da criança que
Uildemar matou**

condenado, inicialmente, em regime fechado.(DC)



Governador participa da solenidade de posse da nova mesa diretora do TJ

Governador Flávio Dino durante a posse no TJ - PÁGINA 3

EMPOSSADOS

Governador participa da solenidade de posse da nova mesa diretora do TJ



Governador Flávio Dino, ao lado do presidente da Assembleia Legislativa, Humberto Coutinho, participa de solenidade de posse da nova mesa diretora do Tribunal de Justiça e recebe a medalha especial do mérito Cândido Mendes

O governador Flávio Dino participou da cerimônia que empossou os novos dirigentes do Tribunal de Justiça do Maranhão, ontem (18), em sessão solene no plenário do TJ-MA.

A nova mesa diretora do Poder Judiciário do Maranhão é composta pelos desembargadores Cleones Carvalho Cunha (presiden-

te), Maria das Graças Duarte Mendes (vice-presidente) e Anildes Chaves Cruz (corregedora-geral da Justiça).

Na ocasião, o governador Flávio Dino, a corregedora-nacional de Justiça, a ministra Nancy Andrighi e o presidente da Assembleia Legislativa, Humberto Coutinho, receberam a medalha es-

pecial do mérito Cândido Mendes, concedida pelo Tribunal de Justiça do MA.

Os membros da mesa diretora foram eleitos, por unanimidade, no dia 7 de outubro deste ano, pelo Pleno do Tribunal de Justiça, para o biênio 2016/2017. A escolha foi feita por aclamação com a participação dos desembargadores mais

antigos.

Estavam presentes no evento, a corregedora-nacional de Justiça, ministra Nancy Andrighi, o vice-governador Carlos Brandão, o prefeito Edivaldo Holanda Júnior, desembargadores, juizes, procuradores, defensores, deputados federais e estaduais, secretários estaduais e municipais.

Ladrão é preso 4 anos depois de ter sentença julgada pela Justiça

A Delegacia de Roubos e Furtos da Capital cumpriu mais um mandado de busca e apreensão na tarde de quinta-feira (17) em São Luís. Um homem identificado como Ubiratan Magalhães dos Santos, o "Bira", 29 anos. O motivo da prisão teria sido um roubo a mão armada no ano de 2006 em um estabelecimento da Vila Embratel.

Em 2011 ele ainda chegou a ser condenado a 5 anos de detenção, mas recorreu da sentença e aguardava novo julgamento em liberdade. Quatro anos depois, no mês de setembro de 2015, o juiz da 5ª Vara Criminal expediu um mandado de prisão em cumprimento a sentença condenatória.

Durante o período em que aguardava a decisão da justiça, Bira se tornou usuário de crack levando policiais e o delegado Cláudio Mendes a se surpreenderem com a constituição física dele, que emagreceu consideravelmente após aderir ao consumo da droga.

Homem é condenado a 32 anos por homicídio de criança

Em sessão do Tribunal do Júri da Comarca de Codó, realizada no último dia 14 de dezembro, o réu Uildemar Costa dos Santos foi condenado a 32 anos e oito meses de reclusão, pelo homicídio de um menino de quatro anos. Em dezembro de 2012, Uildemar atraiu a criança a um matagal e matou a vítima a pauladas. O réu cometeu o homicídio porque a criança, segundo ele, atrapalhava seu relacionamento amoroso com a mãe do garoto.

O crime foi tipificado como prática de homicídio por motivo fútil, tendo o tempo da pena aumentado em um terço, conforme prevê o art. 121 do Código Penal Brasileiro, porque foi cometido contra pessoa menor de 14 anos. A tese do Ministério Público do Maranhão foi defendida pela promotora de justiça Aline Silva Albuquerque, titular da 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Codó.

Celso Orlando Aranha Pinheiro Júnior foi empossado membro substituto do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão na categoria juiz de Direito. Ele preenche a vaga deixada pelo juiz Osmar Gomes dos Santos, cujo biênio encerrou em 11 de novembro.

Mesa Diretora do Tribunal de Justiça toma posse e acena com parcerias

Presidente Cleones Cunha, corregedora-geral Anildes Cruz e a vice-presidente Maria das Graças Duarte falaram sobre diálogo entre os poderes e sociedade

Os três novos membros da Mesa Diretora do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargadores Cleones Carvalho Cunha (presidente), Maria das Graças Duarte Castro Mendes (vice-presidente) e Anildes Bernardes Chaves Cruz (corregedora-geral da Justiça), eleitos para o biênio 2016/2017, tomaram posse ontem.

O novo presidente Cleones Cunha assumiu o cargo afirmando que pretende priorizar a Justiça e os juízes de 1º Grau, que inicialmente recebe as partes em conflito e no qual as primeiras decisões judiciais são proferidas muitas vezes em condições precárias. "Ouvirei todos os magistrados, para que minhas escolhas como presidente sejam as mais democráticas possíveis", pontuou.

Criminalidade

Cleones Cunha também manifestou sua intenção de colaborar com os poderes Executivo e Legislativo, no enfrentamento à crescente onda de criminalidade que assola a sociedade, buscando a esperada segurança pública, e defendeu a proteção e inclusão dos grupos sociais tidos como vulneráveis ou minoritários, como mulheres, crianças, idosos, índios e quilombolas, com base no caráter fraterno da Constituição.

"Comprometo-me a exercer a função com independência para buscar a garantia da convivência social digna, permitindo a todos os ju-



Membros do novo comando do Tribunal de Justiça em posição solene para receber a bênção apostólica

“Comprometo-me a exercer a função com independência para buscar a garantia da convivência social digna, permitindo a todos seus legítimos direitos”

CLEONES CUNHA,
novo presidente do TJ

risdicionados seus legítimos direitos e o respectivo exercício”, disse.

A corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, disse que pretende manter um vínculo com os magistrados de 1º Grau, para juntamente com os colegas buscar melhores condições de trabalho e uma prestação jurisdicional célere. “Quando o jurisdicionado bate à porta do Poder Judiciário, ele quer ter seu direito logo resolvido. Então, nós vamos tentar ao máximo a conciliação”, pontuou.

A vice-presidente, desembarga-

dora Maria das Graças Duarte, exaltou o compromisso do novo líder do Judiciário, descrevendo-o como “pessoa iluminada”. “Ele nos instiga a ter um propósito de responsabilidade maior com a magistratura, com os servidores, com todos os jurisdicionados do Estado”, disse.

A desembargadora Cleonice Freire transmitiu o cargo, elencando algumas das ações, como o planejamento estratégico, investimentos em recursos humanos, o processo judicial eletrônico, construção e reformas de fóruns e incentivo à conciliação. ●



Empossada a nova diretoria do Tribunal de Justiça do Maranhão

Tomaram posse os desembargadores Cleones Carvalho Cunha (presidente), Maria das Graças Duarte Castro Mendes (vice-presidente) e Anildes Bernardes Chaves Cruz (corregedora-geral de Justiça)(foto), eleitos para o biênio 2016/2017. A solenidade aconteceu no Plenário do Tribunal de Justiça, com a presença do governador do Estado, Flávio Dino; prefeito de São Luís, Edivaldo Holanda Júnior; a ministra Nancy Andrichi; e o ministro do STJ Reynaldo Fonseca. PÁGINA 3\POLÍTICA

SOLEINIDADE

Cleones é o novo presidente do TJ

Em uma sessão bastante concorrida, a nova diretoria do Tribunal de Justiça do Maranhão tomou posse ontem na sala de sessão do plenário da Casa para o biênio 2006-2017

REDAÇÃO

A nova Mesa Diretora do Tribunal de Justiça do Maranhão tomou posse na manhã de ontem, em sessão bastante concorrida. O ato ocorreu na sala de sessões plenárias do Palácio da Justiça. A nova diretoria do Judiciário maranhense está composta pelo desembargador Cleones Carvalho Cunha, como presidente do TJMA, Maria das Graças Duarte, no cargo de vice-presidente, e Anildes Chaves Cruz, nova corregedora-geral de Justiça. Os três vão comandar o Judiciário no biênio 2016-2017.

O novo presidente, desembargador Cleones Carvalho Cunha, assumiu o cargo afirmando que pretende priorizar a Justiça e os juízes de 1º Grau, onde são inicialmente recebidas as partes em conflito e onde as primeiras decisões judiciais são proferidas muitas vezes em condições precárias. "Ouvirei todos os magistrados, para que minhas escolhas como presidente sejam as mais democráticas possíveis", pontuou.

A corregedora-geral de Justiça empossada, desembargadora Anildes Cruz, disse que pretende manter um vínculo com os magistrados de 1º Grau, para juntamente com os colegas, buscar melhores condições de trabalho e uma prestação jurisdicional célere. "Quando nosso jurisdicionado bate à porta do Poder Judiciário, ele quer ter seu direito logo resolvido, então nós vamos tentar ao máximo a conciliação", pontuou.

A vice-presidente, desembargadora Maria das Graças Duarte, exaltou o compromisso do novo líder do Judiciário, descrevendo-o como "pessoa iluminada". "Ele nos instiga a ter um propósito de responsabilidade maior com a magistratura, com os servidores, com todos os jurisdicionados do estado do Maranhão", disse.

Despedida

Na sua despedida do cargo, a desembargadora Cleonice Freire, que exercia o cargo de presidente, destacou a equiparação entre homens e mulheres no exercício do comando na Casa Judiciária. Ela transmitiu o cargo ao colega, elencando algumas das ações mais importantes desenvolvidas no biênio que se encerra, como o planejamento estratégico, investimentos em recursos humanos, o processo judicial eletrônico,



O novo presidente do TJ assumiu o cargo afirmando que pretende priorizar a Justiça e os juízes de 1º Grau



Ouvirei todos os magistrados, para que minhas escolhas como presidente sejam as mais democráticas possíveis

Cleones Carvalho Cunha, novo presidente do TJMA

>> Perfil



Pedro Freire e Raimundo Borges prestigiando a posse do des. Cleones

construção e reformas de fóruns e incentivo à conciliação, além da especial atenção aos projetos sociais mantidos pelo Judiciário.

A ministra Nancy Andrih, que é corregedora nacional de Justiça, ressaltou o trabalho de união e multidisciplinaridade realizado no Maranhão, avaliando como um dos mais harmônicos do país. "Eu e o novo presidente já começamos a discutir sobre alguns projetos que visam melhorar ainda mais o trabalho na Justiça maranhense", disse.

Durante o evento, a ministra Nancy Andrih, o governador Flávio Dino e o presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, deputado Humberto Coutinho, foram agraciados com a Medalha Especial do Mérito Cândido Mendes, a mais

alta comenda do Judiciário maranhense, outorgada pelo Pleno do TJ em outubro deste ano.

Além da ministra, do governador e do presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, também estiveram presentes à posse o prefeito de São Luís, Edivaldo Holanda Júnior, o vice-governador Carlos Brandão, o presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais e do Conselho dos Tribunais de Justiça desembargador Pedro Carlos Bitencourt Marcondes, o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Reynaldo Fonseca, o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-MA), Mário Maciel, todos os desembargadores, diversos juízes, advogados, políticos e autoridades religiosas.



O desembargador Cleones Carvalho Cunha, de 57 anos, é natural da cidade de Tuntum-MA. Foi eleito por aclamação presidente do TJMA, em outubro deste ano. O desembargador tem notável carreira na área judiciária, assumindo diversas funções na Magistratura. Foi promotor de Justiça da Comarca de Pindaré-Mirim e promovido por merecimento para o cargo de desembargador em 10 de novembro de 1999. Na magistratura, exerceu suas funções judicantes nas comarcas de Vitorino Freire, São Bento, Coroatá e São Luís. Já na capital, foi assessor da Presidência e membro do TRE-MA. Na Corte Eleitoral, Cleones Cunha assumiu a função de corregedor-regional Eleitoral. Tem ainda em seu currículo a função de juiz auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça. É também professor da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

Entrega de Medalha Especial do Mérito Cândido Mendes

O governador do Estado, Flávio Dino, e o prefeito de São Luís, Edivaldo Holanda Jr., prestigiaram, na manhã de ontem, a cerimônia de posse da nova Mesa Diretora do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), realizada em sessão solene no Palácio da Justiça Clóvis Beviláqua.

Durante a solenidade, foi entregue a Medalha Especial do Mérito Cândido Mendes - a mais alta comenda do Poder Judiciário maranhense - à ministra do STJ Fátima Nancy Andrih; ao governador do Maranhão, Flávio Dino; e ao presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, Humberto Coutinho.

Ao final da cerimônia, Edivaldo Holanda parabenizou os novos dirigentes do TJMA e desejou aos magistrados sabedoria e uma gestão profícua na condução da Corte. "São todos profissionais



Foi entregue a Medalha Especial do Mérito Cândido Mendes ao governador Dino e ao deputado Coutinho

altamente competentes, admirados por seus pares, aclamados em suas carreiras e que merecem todo o respeito da sociedade por tudo o que fazem pela Justiça maranhense", disse Edivaldo.

JÚRI POPULAR

Justiça condena assassino de menino

Um homem que matou um menino de apenas quatro anos foi condenado pelo Tribunal do Júri a 32 anos e oito meses de reclusão. Por unanimidade, o acu-

sado Uildemar foi condenado pelo Tribunal do Júri de Codó, num clima de muita revolta da população. Ele atraiu o menino para um matagal e ali o matou a paula-

das. Ao ser preso, disse que havia matado a criança pelo fato desta estar atrapalhando a relação dele com a mãe daquele menino. Uildemar deverá ser transferido nas

próximas horas para o Complexo Penitenciário de Pedrinhas, na capital, onde cumprirá a pena a que foi condenado, inicialmente, em regime fechado. (DC)

Casa da Criança faz confraternização com crianças, servidores e colaboradores



Sidney Rodrigues

O prefeito Madeira, que fez da Casa da Criança um cartão postal da cidade para os que visitam Imperatriz, declarou que a casa é um local que emociona as pessoas

Na quarta-feira (16), o abrigo infantil Casa da Criança foi palco de uma linda festa de confraternização entre as crianças, os servidores, parceiros e convidados. O evento teve início às 19h30 e foi uma ação incentivada pela Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDES), pelos parceiros Imperial Shopping, Secretaria de Esporte e Lazer (SEDEL) e sociedade civil. Cerca de 50 pessoas participaram do evento.

O objetivo da festa foi promover uma confraternização natalina, fomentando um ambiente familiar, respeitando as tradições dessa época com decoração natalina, papai noel, presentes e cantata de Natal apresentada pelas crianças abrigadas.

A festa contou com a participação do prefeito Sebastião Madeira, do juiz de direito Delvan Tavares, da secretária de Desenvolvimento Social, Miriam Ribeiro, e dos familiares dos servidores.

“Esse é um momento especial, de esperança, de advento. E a Casa da Criança é um exemplo para todo o Brasil, tanto pelo grande trabalho realizado pela equipe de servidores que faz a diferença na vida dessas crianças, como pelo grande esforço do prefeito Madeira em manter essa casa com um padrão de qualidade. Além dos parceiros que ajudam, seja com alguma contribuição ou com afeto e carinho para as crianças. Esse é um momento feliz”, elogiou

a secretária de Desenvolvimento Social, Miriam Ribeiro.

O prefeito Madeira, que fez da Casa da Criança um cartão postal da cidade para todos os que visitam Imperatriz, declarou que a casa é um local que emociona as pessoas. “Nunca vi, até agora, nenhuma pessoa que tenha o coração tão duro que não se emocione com essa casa, já vi gente até chorando. Porém, esse é o resultado de uma casa que foi assumida pela cidade, tem a nossa gestão, tem a secretária que é uma excelente administradora, tem a coordenadora, mas só isso não seria suficiente. Tem a parceria fundamental e indispensável do poder judiciário e da cidade”, frisou Madeira.

O juiz de direito Delvan Tavares também não poupou elogios à gestão da casa e a importância de se confraternizar. “Essa casa só existe graças à coragem do prefeito de se comprometer em garantir uma casa com esse padrão. O sucesso dessa casa está na competência de seus gestores. Então, só quero parabenizar e dizer que neste período de final de ano são tantos compromissos, mas esse é um que não podemos faltar”, finalizou Delvan Tavares.

Na comemoração, foi servido um jantar e ao final houve a troca de presentes e a tradicional distribuição de panetones. **[Sara Ribeiro – ASCOM]**

Justiça determina Caema a restituir valores em Imperatriz

P5c1

ACP força Caema a restituir valores e oferecer qualidade no serviço

Hemerson Pinto

É o que determina o Poder Judiciário do Estado do Maranhão, por meio do Ministério Público Estadual. A Ação Civil Pública visa a tutela de interesse indisponível da sociedade a fim de que a Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão, Caema, ofereça serviços adequados aos usuários evitando recentes colapsos de desabastecimento de água. A ACP também requer a restituição dos valores pagos pelos usuários nos dias atingidos pela falta de fornecimento.

Em trecho da Ação, o Ministério Público acrescenta, com base no artigo 22 do Código de Defesa do Consumidor, que “os órgãos públicos, por si ou suas empresas concessionárias, permissionárias ou sob qualquer outra forma de empreendimento, são obrigados a fornecer serviços adequados, eficientes, seguros e, quanto aos essenciais, contínuos”. De forma contrária, são obrigados a reparar danos causados.

A Ação destaca a notorie-

dade das interrupções do fornecimento de água em alguns momentos ao ponto de comprometer até mesmo as atividades desempenhadas nas escolas e creches do município.

O documento assinado pelo juiz titular da 4ª Vara Civil da Comarca de Imperatriz, Marcelo Testa Baldochi, informa que, de acordo com os dados colhidos nos inquéritos civis de número 2014.15 e 2014.16, instaurados pelo Ministério Público, a cidade sofreu em 2013 e 2014 “crises” (como escrito no documento) sistêmicas de desabastecimento de água significativa na maioria dos bairros e aproximadamente 253.123 habitantes ficaram sem água.

Segundo o Ministério Público, os fatos citados acima ganharam notoriedade quando divulgados por todos os meios de comunicação que destacaram a falha de um dos conjuntos de motobomba de captação em 2013 e o rompimento da adutora no mesmo ano, além de nova falha do conjunto de motobomba em 2014. “Com isso, a escancarada cri-

se de desabastecimento ‘parcial’ durou 49 anos enquanto a ‘total’ 11 dias”, diz o texto.

Nos argumentos ainda são citadas crises hídricas que atingiram São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro em decorrência do clima que provocaram limitações, mas lá as companhias buscaram meios de serem eficientes no limite das circunstâncias. A atitude da companhia maranhense no período é considerada na Ação Civil Pública como ‘descaso operacional’.

Assim, a Caema é obrigada a restituir a todos os usuários os valores cobrados indevidamente, em dobro, relativamente ao desabastecimento “parcial” que perdurou 49 dias e quanto ao “total” que perdurou 11 dias, através de bonificação na fatura de consumo imediata à decisão, devendo ser informado ao juízo discriminadamente todas as unidades consumidoras e valores individuais, até que se esgote o débito, sob pena de multa diária de R\$ 253.123 por dia, ou seja, R\$ 1 (1 real) por dia para cada habitante.

Governador participa da solenidade de posse da nova mesa diretora do TJ



Pág - 3

Governador participa da solenidade de posse da nova mesa diretora do TJ

O governador Flávio Dino participou da cerimônia que empossou os novos dirigentes do Tribunal de Justiça do Maranhão, nesta sexta-feira (18), em sessão solene no plenário do TJ-MA.

A nova mesa diretora do Poder Judiciário do Maranhão é composta pelos desembargadores Cleones Carvalho Cunha (presidente), Maria das Graças Duarte Mendes (vice-presidente) e Anildes Chaves Cruz (corregedora-geral da Justiça).

Na ocasião, o governador Flávio Dino, a corregedora-nacional de Justiça, a ministra Nancy Andrighi e o presidente da Assembleia Legislativa, Humberto Coutinho, receberam a medalha espe-



Governador Flávio Dino, ao lado do presidente da Assembleia Legislativa, Humberto Coutinho, participa de solenidade de posse da nova mesa diretora do Tribunal de Justiça e recebe a medalha especial do mérito Cândido Mendes

cial do mérito Cândido Mendes, concedida pelo Tribunal de Justiça do MA.

Os membros da mesa diretora foram eleitos, por unanimidade, no dia 7 de outubro deste ano, pelo Pleno do Tribunal de Justiça, para o biênio 2016/2017. A escolha foi feita por aclamação com a participação dos desembargadores mais antigos.

Estavam presentes no evento, a corregedora-nacional de Justiça, ministra Nancy Andrighi, o vice-governador Carlos Brandão, o prefeito Edivaldo Holanda Júnior, desembargadores, juízes, procuradores, defensores, deputados federais e estaduais, secretários estaduais e municipais.

Imperatriz

Justiça dá liminar contra Caema por interrupção no abastecimento de água

Como resultado de Ação Civil Pública (ACP) ajuizada pelo Ministério Público do Maranhão (MPMA), a Justiça concedeu, na quinta-feira (17), liminar obrigando a Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão (Caema) a prestar serviços ininterruptos, contínuos e satisfatórios em Imperatriz, sob pena de multa diária de R\$ 253.123,00. O valor corresponde a R\$ 1 por habitante do município. A decisão é fruto de manifestação proposta, em novembro deste ano, pelo titular da Promotoria de Justiça Especializada em Direitos Fundamentais e do Consumidor da comarca, Sandro Bísaro. A ACP requeria o ressarcimento do valor cobrado pela empresa aos usuários nos dias em que não houve abastecimento de água, entre outras solicitações. A decisão é da 4ª Vara Cível de Imperatriz.

Ainda de acordo com a decisão, a companhia está obrigada a constituir, no prazo de 30 dias, fundo emergencial no valor de R\$ 1 milhão, a ser depositado em conta remunerada à disposição do juízo. O objetivo é sanar eventuais

crises de desabastecimento.

A determinação exige, ainda, que a Caema disponibilize, para cada conjunto de motobomba, outro com as mesmas características, como reserva técnica.

A empresa terá de restituir em dobro, a todos os usuários, os valores cobrados indevidamente, relativos aos 49 dias de desabastecimento parcial e aos 11 dias de abastecimento total, ocorridos nos meses de setembro e outubro de 2013. O problema atingiu 13 bairros do município. Em outubro de 2013, também houve o rompimento da adutora do município, causando interrupção do abastecimento por cinco dias. Nos meses de setembro e dezembro de 2014, houve a redução pela metade do fornecimento em toda a área urbana de Imperatriz.

O ressarcimento deve ser feito por meio de bonificação na fatura de consumo de cada unidade consumidora, referente ao mês seguinte à concessão da liminar, até que se esgote o débito. Os valores individuais devem ser informados à Justiça.

(Ascom MPMA)

- Tomaram posse ontem (18) os três novos membros da Mesa Diretora do Tribunal, desembargadores Cleones Cunha (presidente), Maria das Graças Duarte Castro Mendes (vice-presidente) e Anildes Bernardes Chaves Cruz (corregedora geral da Justiça), eleitos para o biênio 2016/2017.

GilsonTeixeira



Cleones Cunha com Flávio Dino e Humberto Coutinho: os três poderes na posse do novo comando do TJMA

Cleones Cunha assume o comando do Poder Judiciário do Maranhão

O desembargador Cleones Carvalho Cunha tomou posse, ontem, na Presidência do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), em solenidade que contou com a presença do governador.

PAG. 3 [C1]

Cleones Cunha assume o comando do Poder Judiciário do Maranhão

O desembargador Cleones Carvalho Cunha tomou posse, ontem, na Presidência do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), em solenidade que contou com a presença do governador Flávio Dino. Foram empossados, ainda, as desembargadoras Maria das Graças Duarte Castro Mendes (vice-presidente) e Anildes Bernardes Chaves Cruz (corregedora geral da Justiça), todos eleitos para o biênio 2016/2017.

A solenidade, no Plenário do TJMA, contou com a presença, além de Flávio Dino, do prefeito Edivaldo Holanda Júnior, da corregedora nacional de Justiça, ministra Nancy Andrighi, do ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Reynaldo Fonseca; presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-MA), Mário Macieira, entre outras autoridades. O desembargador Cleones Cunha assumiu o cargo afirmando que pretende priorizar a Justiça e os juízes de 1º Grau, onde são

inicialmente recebidas as partes em conflito e onde as primeiras decisões judiciais são proferidas, muitas vezes em condições precárias. “Ouvirei todos os magistrados, para que minhas escolhas como presidente sejam as mais democráticas possíveis”, frisou.

A corregedora-geral, Anildes Cruz, disse que pretende manter um vínculo com os magistrados de 1º Grau, para juntamente com os colegas, buscar melhores condições de trabalho e uma prestação jurisdicional célere. “Quando nosso jurisdicionado bate à porta do Poder Judiciário, ele quer ter seu direito logo resolvido, então nós vamos tentar ao máximo a conciliação”, pontuou. A vice-presidente Maria das Graças Duarte exaltou o compromisso do novo líder do Judiciário, descrevendo-o como “pessoa iluminada”. “Ele nos instiga a ter um propósito de responsabilidade maior com a magistratura, com os servidores, com todos os



Cleones Cunha ao lado de Flávio Dino e de Humberto Coutinho, na solenidade de posse da nova mesa diretora do Tribunal de Justiça

jurisdicionados do Estado do Maranhão”, disse. A ministra Nancy Andrighi ressaltou o trabalho de união e multidisciplinaridade realizado no Maranhão, avaliando como um dos mais harmônicos do país. “Eu e o novo presidente já começamos a discutir sobre alguns projetos que visam melhorar ainda mais o trabalho na Justiça maranhense”, disse. O governador Flávio Dino destacou a importância do trabalho do Judiciário na garantia da democracia e do direito das

pessoas, especialmente diante dos fatos nacionais recentes. “Acredito que a próxima gestão terá o mesmo sucesso da anterior, com cada poder cumprindo sua missão constitucional, mas com o diálogo necessário para uma relação produtiva em favor da nossa população”, ressaltou. Na ocasião, a ministra Nancy Andrighi, o governador Flávio Dino e deputado Humberto Coutinho foram agraciados com a Medalha Especial do Mérito Cândido Mendes, outorgada pelo Pleno do TJ em outubro deste ano.

Codó **Réu é condenado a mais de 32 anos por assassinato de criança**

Em sessão do Tribunal do Júri da comarca de Codó realizada na última terça, 15, o réu Uildemar Costa dos Santos foi condenado a 32 anos e 8 meses de reclusão, pelo homicídio de um menino de 4 anos.

Em dezembro de 2012, Uildemar atraiu a criança a um matagal e matou a vítima a pauladas. O réu cometeu o homicídio porque a criança, segundo ele, atrapalhava seu relacionamento amoroso com a mãe do garoto.

O crime foi tipificado como prática de homicídio por motivo fútil, tendo o tempo da pena aumentado em um terço, conforme prevê o art. 121 do Código Penal Brasileiro, porque foi cometido contra pessoa menor de 14 anos.

A tese do Ministério Público do Maranhão foi defendida pela promotora de justiça Aline Silva Albuquerque, titular da 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Codó.

(Ascom MPMA)

Justiça suspende licitação de quase R\$ 100 milhões da Prefeitura de São Luís

A Justiça suspendeu o processo licitatório para contratação de empresa de prestação de serviços de gerenciamento do parque de iluminação pública da capital, no valor de R\$ 97,8 milhões, com duração de contrato por 30 meses. O processo estava sendo realizado pela Central Permanente de Licitação da Prefeitura de São Luís. A empresa vencedora da licitação (Concorrência nº 005/2015) teria um contrato com a prefeitura, no valor de R\$ 97.871.461,01.

PAG. 3 [C1]

Juíza suspende licitação de quase 100 milhões para empresa para gerenciar iluminação pública de S. Luís

A juíza titular da 1ª Vara da Fazenda Pública de São Luís, Luzia Madeiro Neponucena, suspendeu, na última quinta-feira (17), o processo licitatório para contratação de empresa de prestação de serviços de gerenciamento do parque de iluminação pública da capital, no valor de R\$ 97,8 milhões, com duração de contrato por 30 meses. O processo estava sendo realizado pela Central Permanente de Licitação da Prefeitura de São Luís. A magistrada suspendeu a licitação por considerar haver absoluta ofensa aos princípios inerentes ao processo licitatório e potencial lesão irreparável às finanças

públicas do Município de São Luís. A empresa vencedora da licitação (Concorrência nº 005/2015) teria um contrato com a prefeitura, no valor de R\$ 97.871.461,01. De acordo com o pedido do impetrante da ação (Vasconcelos de Santos Ltda), a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (Semosp) promoveu a licitação, na modalidade concorrência, do tipo técnica e preço, para contratar empresa especializada na prestação de serviços de gerenciamento completo e continuado do parque de iluminação pública da capital. O contrato compreende a gestão operacional por meio de sistema

informatizado, elaboração de projetos, operação, manutenção corretiva e preventiva e execução de obras. O autor da ação pediu a suspensão de todos os atos do processo licitatório, a proibição taxativa da contratação da eventual empresa que viesse a vencer a licitação ou a suspensão do contrato, no caso de já ter sido celebrado. A juíza da 1ª Vara da Fazenda concedeu a liminar suspendendo a licitação e a decisão foi mantida pelo Tribunal de Justiça. Nessa quinta-feira (17), a magistrada deu a decisão definitiva, determinando a suspensão da licitação. Na sentença, a magistrada afirma

que os critérios estabelecidos no edital da licitação violam o princípio da proposta mais vantajosa para o poder público ao privilegiar o critério técnico em detrimento do preço, sem qualquer justificativa que demonstre sua necessidade. O edital estabelece peso 6,5 para o item melhor técnica e 3,5 para o quesito menor preço, o que, conforme Luzia Neponucena, “restringe a competitividade da concorrência, estabelecendo um privilégio excessivo da técnica em detrimento do preço, o que certamente pode resultar em contratação a valores desvantajosos para a administração pública”.

Bacabal

Delegacia da Mulher conclui e remete mais de 100 inquéritos à Justiça

Divulgação

A Delegacia Especial da Mulher fez um balanço positivo de suas atividades na cidade de Bacabal. Neste ano, alcançou a marca de 102 inquéritos relatados, concluídos e remetidos ao Poder Judiciário. Além dos trabalhos operacionais, a delegacia realizou campanhas de cunho informativo e amparo social direcionadas à população da região do Médio Mearim.

Segundo a delegada Fernanda Chaves, a difusão das informações sobre os procedimentos legais que envolvem essas agressões pode diminuir os índices de violência contra a mulher. “Toda quarta-feira a minha agenda é preenchida com audiências para dar oportunidade às mulheres explicarem a situação em que elas se encontram e conversar”, A delegada informou que os companheiros das mulheres atendidas, também, também são recebidos em audiência, pois, muitas vezes há uma agressão, mas a violência é decorrente de uma falta de informação de que aquilo constitui um crime grave e que ele vai ser punido rigorosamente. “A partir do momento que existe informação para a população, a violência contra a mulher diminui, porque ela toma a iniciativa de procurar a delegacia e tem



Delegada Fernanda Chaves fala dos avanços em defesa dos direitos da mulher

consciência de que a Polícia Civil vai apoiá-la e aquela agressão não vai ficar impune”, afirmou a delegada. A fiscalização em torno do artigo, instituído em março, já apresenta resultados positivos no município, segundo a delegada. “Uma das maiores casas de show, que costuma receber, em média, dez mil pessoas nos fins de semana, desenvolveu um sistema de

pulseiras, identificando quem é menor e quem é maior. A medida ajuda a evitar que o menor ingira bebida alcoólica”, destacou.

AGRITEC

Durante a entrevista, Fernanda Chaves externou a sua felicidade em participar da Feira de Agricultura Familiar e Agrotecnologia do Maranhão (Agritec), realizada no município.

Na ocasião, a delegada proferiu palestras sobre a natureza da Lei Maria da Penha e, junto aos profissionais da Secretaria de Estado da Mulher (Semu), atendeu o público que esteve presente no local. Nessa quarta-feira (16), Fernanda Chaves também participou de um encontro com a representante da Organização das Nações Unidas (ONU)/Mulheres, Vânia Pazzinato, em São Luís.

São Luís

Justiça determina recuperação de área degradada na Litorânea

Acolhendo pedido do Ministério Público do Maranhão, a Justiça determinou, na última quarta-feira (16), que a empresa Marafolia Promoções e Eventos Ltda. se responsabilize pela recuperação da área de preservação permanente que circundava o local do evento, na Avenida Litorânea, e pagamento de multa pelos danos que não sejam passíveis de recuperação. A decisão estabelece, ainda, que a indenização pelos danos não-recuperados terá seu valor fixado depois de cumprida a restauração das demais áreas, conforme Projeto de Recuperação previamente aprovado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

A sentença resulta de Ação Civil Pública, ajuizada em 2008, pelo titular da Promotoria de Justiça de Proteção ao Meio Ambiente e Urbanismo e Patrimônio Cultural de São Luís, Luís Fernando Cabral Barreto Junior.

No mesmo ano, foi concedida uma liminar que proibia o Município de São Luís, o Estado do Maranhão e a União de praticar quaisquer atos que permitissem a realização do evento na Avenida Litorânea.

De acordo com o promotor de justiça, durante 12 anos o Marafolia causou danos ambientais e urbanísticos significativos, por ser realizado entre áreas de preservação permanente definidas pelo Código Florestal e pela Constituição do Estado do Maranhão.

Entre os danos ambientais constatados, Barreto destaca, na ACP, a erosão e contaminação do solo e dos recursos hídricos; a alteração da paisagem em função da estrutura montada para o evento e o aumento do número de queimadas, visando a supressão da vegetação e construção de estacionamentos alternativos.